

# Congresso é contra o caixa único

Pelo menos uma das medidas que estão sendo analisadas pela equipe econômica do futuro governo promete ter a oposição intratigente da maioria dos partidos no Congresso Nacional. A proposta, que tem opositores até mesmo entre os técnicos ligados à área de Saúde encarregados da conclusão do Plano de Governo do presidente eleito, Fernando Collor, pretende criar um Caixa Único da União, que passaria a administrar os recursos arrecadados com impostos e a contribuição paga pelos trabalhadores à Previdência Social. Com a centralização da gerência da receita da Previdência em um caixa único, deixaria de existir o Iapás — Instituto de Assistência e Previdência Social — hoje responsável pela arrecadação e administração de NCz\$ 54 bilhões dos NCz\$ 90 bilhões previstos para a receita do Orçamento Geral da União este ano.

O principal argumento dos técnicos que defendem a mudança é a necessidade de controlar de forma mais eficaz a sonegação na arrecadação dos recursos da Previdência, mas os parlamentares que já derrubaram uma tentativa de extinção do Iapás há um ano, durante o Plano Verão, não parecem convencidos dos propósitos do novo governo. O maior receio de deputados e senadores é que os recursos destinados ao custeio de aposentadorias de pensionistas e outros benefícios da área social acabem sendo desviados para outros setores.

"Assim que o Tesouro conseguir passar a mão nessa grande massa de recursos, é óbvio que uma grande parte acabaria sendo desviada para atender o lado mais crítico, que é o pagamento dos juros da dívida externa, em detrimento do pagamento da saúde, pensões e aposentadorias", alerta o senador Almir Gabriel (PSDB/PA), relator da Medida Provisória encaminhada pelo presidente José Sarney extinguindo o Iapás no ano passado, rejeitada pelo Congresso Nacional.

Com a experiência de ex-ministro do Trabalho e Previdência Social durante o governo João Figueiredo, o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) aponta outro risco para a extinção do Iapás e a criação do Caixa Único. Ele lembra que o Governo é o maior devedor da Previdência e se o controle dos recursos da pasta passam para a esfera da União certamente que a segurança social não será o item prioritário na distribuição dos recursos arrecadados com a contribuição dos trabalhadores.